

# África austral: serenidade e triunfalismo

Exp. 1/12/90



A ÁFRICA do Sul reformista olha agora para o mundo como tudo parece pacífico e possível. Com uma regularidade quase monótona, a imprensa local é chamada ao aeroporto internacional de Jan Smuts, em Joanesburgo, para ouvir os últimos êxitos

do ministro dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, regressado de mais uma expedição ao estrangeiro e a climas anteriormente hostis.

Este sentimento de triunfalismo diplomático é um dos que marca a atitude sul-africana relativamente a 1992; a ideia dominante é que nada

pode ser pior do que era antes e o futuro — pelo menos fora das fronteiras — mostra poucos problemas, mesmo que apareça sob a forma de uma «Fortaleza Europa».

De facto, como as estatísticas indicam, o impacto da unidade europeia no comércio mundial será de particular

importância no subcontinente. Cerca de 57 por cento do comércio da África do Sul faz-se com os Estados-membros da CE e mais de 70 por cento do investimento externo provém de empresas da Europa ocidental. Esse comércio floresceu devido, em larga medida, às divisões in-

ternacionais em relação à questão das sanções — com a Alemanha e a Grã-Bretanha de Thatcher, em particular, a beneficiarem de atitudes mais drásticas tomadas por rivais comerciais, como os Estados Unidos e os países escandinavos. Mesmo no auge do pacote de sanções de

1986, as exportações sul-africanas para países da Comunidade aumentaram de 3,5 mil milhões de dólares em 1985 para 6,72 mil milhões em 1988, e as importações de 4,4 para 7,3 mil milhões durante o mesmo período.

Se o processo de reformas for interrompido na África do

Sul, a unidade europeia pode colocar uma ameaça bem mais perigosa para o país que no passado. Mas mesmo que isso não aconteça — e o consenso é crescente entre os observadores de que não haverá retrocesso nas reformas —, os números mostram que há muito a recear de uma «Fortaleza Europa».

Parte do problema para a África do Sul, se a Comunidade Europeia colocar barreiras comerciais, reside no facto de não ter a capa de uma efectiva comunidade económica própria para tentar derribá-las.

## Acordo secular

O principal acordo económico multilateral do subcontinente é a União Alfandegária da África Meridional (SACU). Remontando ao início do século, a SACU reúne a África do Sul aos antigos protectorados britânicos, Botswana, Lesoto e Suazilândia — os países BLS. Mas foi prejudicada por divergências políticas e desigualdades de desenvolvimento e facultou poucas vantagens aos seus membros. Em muitas ocasiões, esteve próxima da rotura, e só foi salva pelos receios dos três participantes menores de que Pretória retaliasse se abandonassem.

A organização regional rival, a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Meridional (SADCC) — que também inclui os países BLS e exclui especificamente a África do Sul —, foi criada em 1980, por iniciativa do Presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia. Sendo uma associação me-

nos unida que a SACU, embora maior — englobando Moçambique, Angola, Malawi, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e a actual Namíbia —, foi criada essencialmente para tentar contrariar o poder económico da África do Sul e a dependência daqueles países desse poder. Nessa perspectiva, pouco mais foi que um fracasso, pois os países membros continuaram a fazer mais comércio com a África do Sul do que uns com os outros.

As esperanças imediatas da África do Sul de melhorar o acesso à Europa através da África residem na tentativa de adesão à Convenção de Lomé, que regula as relações entre a Comunidade Europeia e 69 países em vias de desenvolvimento das Caraíbas, do Pacífico e da África (incluindo a Namíbia). Recentemente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Pretória anunciou a abertura de uma missão no Togo, obviamente na expectativa de que, logo que obtenha um acordo constitucional interno, lhe sejam facultados os benefícios dos acordos preferenciais de comércio com a Europa, na base da Convenção de Lomé.

Em boa medida, cheia a conto de fadas. O domínio económico da África do Sul na região e em tal comunidade — o seu PNB é da ordem do triplo dos outros países da SDCC todos juntos — significaria que os seus parceiros seriam afundados. O Zimbábue e a Zâmbia, em particular, caso participassem numa organização de comércio livre com a África do Sul, veriam a sua indústria prejudicada, por não poderem competir. E a probabilidade de a comunidade internacional, ou a Europa, se interessarem por um plano Marshall para a África subsariana no actual clima mundial é duvidoso — há muitos outros apelos à sua benevolência.

## Ambições

Mas alguns sectores da África do Sul nutrem ambições mais amplas, de certo modo inspiradas pelas visões de 1992 os sonhos de uma comunidade subsariana segundo o modelo da CE. Há anos que os dirigentes brancos da África do Sul avançam com esse esquema, tendo o antigo Presidente PW Botha ido ao ponto de a tentar lançar

em 1980, sob a forma da designação eloquente «Constelação de Estados Sul-Africanos». A constelação revelou pouco brilho e só os quatro pequenos Estados «independentes» aderiram.

Mas com a África do Sul a evoluir para uma aparente pacificação interna, as fantasias continuam a ser alimentadas. Os executivos da grande empresa sul-africana Eskom, por exemplo, elaboraram plantas de enormes linhas de alta tensão até ao Equador, que seriam os tendões de tal comunidade. Dizem ter cartas confidenciais de políticos negros africanos manifestando o seu apoio a esse esquema. Já surgiram apelos de políticos e empresários para um plano Marshall da comunidade internacional destinado a reconstruir a economia do subcontinente e realizar o sonho.

Em boa medida, cheia a conto de fadas. O domínio económico da África do Sul na região e em tal comunidade — o seu PNB é da ordem do triplo dos outros países da SDCC todos juntos — significaria que os seus parceiros seriam afundados. O Zimbábue e a Zâmbia, em particular, caso participassem numa organização de comércio livre com a África do Sul, veriam a sua indústria prejudicada, por não poderem competir. E a probabilidade de a comunidade internacional, ou a Europa, se interessarem por um plano Marshall para a África subsariana no actual clima mundial é duvidoso — há muitos outros apelos à sua benevolência.

David Beresford  
em Joanesburgo